



Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada. http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

DOI: 10.15448/1677-9509.2018.2.30253

Graduação e pós-graduação em serviço social no Brasil

Undergraduate and graduate studies programs in social work in Brazil

MARIA LÚCIA TEIXEIRA GARCIA*

CRISTIANE BONFIM FERNANDEZ**



RESUMO – Este artigo analisa a expansão da graduação e da pós-graduação em Serviço Social no Brasil, caracterizando as convergências e divergências entre os dois níveis de formação nos últimos 15 anos. Trata-se de pesquisa documental com base em dados disponíveis nos sites do Ministério da Educação e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. A graduação em Serviço Social é ofertada, atualmente, por 575 Instituições, distribuídas pelas cinco regiões brasileiras, com concentração no Sudeste e no Sul. Essas Instituições são, em sua maioria, privadas e disponibilizam tanto a modalidade presencial quanto a modalidade a distância. A pós-graduação segue um fluxo de expansão diferente. É vinculada sobretudo às instituições públicas, com oferta de ensino presencial e maior quantitativo de doutores entre seus docentes.

Palavras-chave – Graduação. Pós-graduação. Serviço social

ABSTRACT – This article examines the expansion of undergraduate and graduate programs in Brazil, characterizing the convergences and divergences between the two educational levels in the last 15 years. This is a document study based on data available on the websites of the Ministry of Education and the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). Undergraduate studies in social work are currently offered by 575 institutions, distributed among Brazil's five geographical regions, particularly in the Southeast and South. These institutions are for the most part private and provide both classroom-based and distance learning formats. Graduate studies programs continue to expand at a different pace. They are primarily linked to public institutions, with classroom-based teaching and a higher number of PhD holders among their professors.

Keywords – Undergraduate. Graduate. Social work.

* Doutora em Psicologia Social, Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), docente do Curso de Serviço Social da UFES, Vitória/ES – Brasil. CV: <http://lattes.cnpq.br/3834218481612647>. E-mail: lucia-garcia@uol.com.br.

** Doutora em Política Social, Coordenadora do Curso de Serviço Social Vespertino da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), docente do Curso de Serviço Social da UFAM, Manaus/AM - Brasil. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2022338716203801>. E-mail: cristiane@ufam.edu.br.

Submetido em: março/2018. Aprovado em: setembro/2018.

Este artigo analisa o processo de expansão da formação de recursos humanos na área de Serviço Social no Brasil, nos níveis de graduação e pós-graduação, em busca de caracterizar as convergências e divergências que esse processo assumiu ao longo dos últimos 15 anos. Para tanto, considera-se o contexto histórico da trajetória da profissão e, sobretudo, as novas configurações no cenário contemporâneo (a expansão da graduação em Serviço Social por meio do ensino a distância e da pós-graduação *stricto sensu*).

Entender esse processo de expansão da formação profissional requer inscrever a profissão no movimento histórico da sociedade. Assim sendo, é preciso ultrapassar a análise do Serviço Social como profissão e área de conhecimento em si mesmo, para situá-lo no contexto de relações mais amplas, constitutivas da sociedade capitalista, particularmente no âmbito das respostas que a sociedade e o Estado constroem frente à questão social e às suas manifestações, em suas múltiplas dimensões. Essa sociedade é produto de relações sociais contraditórias, que atravessam a totalidade da vida social e permeiam as políticas sociais e o próprio Estado.

O processo de reprodução da totalidade das relações sociais na sociedade é um processo complexo, que contém a possibilidade do novo, do diverso, do contraditório, da mudança. Trata-se, pois, de uma totalidade em permanente reelaboração, na qual o mesmo movimento que cria as condições para a reprodução da sociedade de classes cria e recria os conflitos resultantes dessa relação e as possibilidades de sua superação (YAZBEK, 2014).

O Serviço Social surge e se institucionaliza a partir dos anos 1930, período em que o Estado capitalista, no enfrentamento das manifestações da questão social, contrata Agentes Sociais para defesa de seu projeto burguês. A profissão nasce, assim, vinculada aos interesses da burguesia, em um Estado cujo objetivo era, sobretudo, atender às demandas do capital.

A década de 30 é marcada pelo tensionamento de interesses contraditórios: de um lado, a Igreja, por meio da ação social, intervém para afastar a classe trabalhadora de influências subversivas; de outro, manifestações operárias reivindicam direitos e proteção social, pois não querem apenas bem-estar. Nesse cenário, a Igreja assume uma formação técnica especializada para a ação social e há, também, demandas das instituições estatais por profissionais nessa área (MARTINELLI, 1991; CASTRO, 1989).

Os primeiros cursos de graduação em Serviço Social foram criados na década de 1930¹. Na América Latina, o Chile criou seu primeiro curso, em 1925; o Brasil, em 1936; o Uruguai, em 1937; e a Argentina, em 1940 (CASTRO, 1989). No caso brasileiro, a criação dessa escola não é fruto de uma iniciativa exclusiva do Movimento Católico, está associada também à demanda do Estado (IAMAMOTO: CARVALHO, 2011). “É na relação com a Igreja Católica, que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação dos seus primeiros objetivos político-sociais, orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador [...]” (YAZBEK, 2014, p.131).

O Estado brasileiro, a partir dos anos de 1940, vê-se tensionado a incorporar parte da reivindicação dos trabalhadores e reconhece a legitimidade de suas demandas, consideradas, a partir de então, como caso de política e não mais de polícia. Surgem, assim, as instituições estatais assistenciais para regular o processo de reprodução das relações sociais, que garantem o atendimento às necessidades sociais das classes subalternas e a viabilização do processo de acumulação capitalista.

Em 13 de junho de 1953 é publicada a Lei nº 1.889, que dispõe sobre a regulamentação inicial do Serviço Social como profissão. Explicita os objetivos do ensino e determina como uma de suas competências a produção de conhecimento científico sobre a realidade social. Nos anos subsequentes, novas legislações são aprovadas para regulamentar a profissão (Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, que conferiu o monopólio da profissão aos portadores de diploma; e, mais recentemente, a Lei nº 8662, de 07 de junho de 1993) (PEREIRA, 2007).

Dezenove anos depois da primeira regulamentação (em 1972, portanto), implantam-se os primeiros cursos de pós-graduação, no nível de mestrado, nas Pontifícias Universidades Católicas de São Paulo e do Rio de Janeiro (IAMAMOTO, 2014). Nos anos seguintes, expandem-se os programas de pós-graduação, notadamente nas universidades federais e, mais recentemente, nas estaduais.

O impulso à formação pós-graduada se fortaleceu especialmente em função de dois fatos: (i) a aprovação, em 1979, em Natal, da revisão curricular encaminhada pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS, hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS), sob uma perspectiva crítica, o que demandou um aperfeiçoamento profissional (IAMAMOTO, 2014); (ii) a integração de muitos cursos confessionais de Serviço Social no sistema federal de ensino superior, nas décadas de 1960 e 1970, conferindo uma maior preocupação à produção mais sistemática do conhecimento e, conseqüentemente, à formação pós-graduada. Para Predes (2014), baseada em Netto, esse processo para a profissão não é apenas um “mero evento formal e jurídico”, e tem impactos sobre o processo de formação profissional.

As condições impostas pela ditadura ao quadro educacional brasileiro facilitam a consolidação de um viés tecnocrático e asséptico nas disciplinas sociais incorporadas pelo Serviço Social [...]. O Estado incentiva o aprimoramento da formação técnica dos novos profissionais para que possam assumir os rumos desenvolvimentistas das políticas sociais brasileiras (PREDES, 2014, p.28-29).

Entre as décadas de 1960 e 1970 são estabelecidos marcos para a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) (SANTOS; AZEVEDO, 2009). Nesse processo, destacam-se: (a) em 1965, a elaboração do Parecer Sucupira (Parecer nº 977/65), marco da pós-graduação no Brasil; (b) em 1970, a instituição do Programa Intensivo de Pós-Graduação (Decreto nº 67.348/70); (c) em 1973, a criação de um grupo de trabalho com a tarefa de propor medidas iniciais para a definição da política de pós-graduação; (d) em 1974, a instituição do Conselho Nacional de Pós-Graduação, órgão colegiado interministerial cujas funções giravam em torno da formulação da política de pós-graduação e sua execução; (e) para o período 1975-1977, a formulação do I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNGP), que buscava, entre seus objetivos, institucionalizar o Sistema Nacional de Pós-Graduação, elevar os padrões de desempenho dos programas, racionalizar a utilização de recursos, bem como planejar sua expansão.

A implantação da pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social no Brasil tem apenas quatro décadas, remontando ao início dos anos setenta do século passado. Foram pioneiros os cursos de mestrado da Região Sudeste (PUC-Rio e PUC-SP, em 1972; e UFRJ, em 1976). Ainda nesse período, verifica-se a expansão do mestrado para a Região Sul (PUC-RS, em 1977); e para a Região Nordeste (UFPB-JP, em 1978; e UFPE, em 1979) (CAPES, 2016).

Em 1976², a Capes inclui o Serviço Social como área de conhecimento (pertencente à grande área Profissões Sociais³) (GARCIA, 2016). Mais do que um procedimento burocrático-administrativo, essa inclusão é o reconhecimento de uma luta intensa no sentido de prover *status* acadêmico a uma profissão que se legitima por meio de sua dimensão interventiva na divisão sociotécnica do trabalho. “O reconhecimento da pesquisa no Serviço Social [...] na CAPES como área de produção de conhecimentos foi e ainda, de certa forma, o é (quanto a estatuto e a recursos para pesquisa) resultante de inúmeras lutas” (SPOSATI, 2007, p.4).

Cumprir reconhecer o papel contínuo e sistemático da ABEPSS, dos programas de pós-graduação, dos pesquisadores e de todas as coordenações da área de Serviço Social na Capes para o fortalecimento e a legitimação do conhecimento produzido pela área, evidenciando a maturidade ética e política necessária em diferentes níveis de interlocução, ou seja, nas articulações internas à categoria profissional, externas (com outras áreas de conhecimento) e institucionais (com organismos distintos de fomento à pesquisa e à pós-graduação, tanto nacionais quanto internacionais).

A presente pesquisa recorreu a fontes documentais, mediante utilização dos bancos de dados do Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior do Sistema Federal de Ensino referente ao Serviço Social em 2014, e do MEC/Capes. Nesses bancos foram consideradas as seguintes variáveis: distribuição regional de cursos de graduação de Serviço Social por categoria administrativa e organização acadêmica; número de cursos de graduação de Serviço Social por modalidade; distribuição espacial dos programas de graduação e de pós-graduação em Serviço Social. Para análise dos dados, utilizou-se a análise estatística descritiva, com medidas de tendência central.

Graduação e pós-graduação em serviço social no Brasil – trajetória entre 1930 e 2016

Entre 1936 e 1945, foram criadas, no Brasil, 14 escolas de Serviço Social. Entre os anos de 1946 e 1963, surgem mais 20 novos cursos, com influência marcante da Igreja Católica – 70% das Escolas de Serviço Social foram criadas por ação direta da Igreja, de forma isolada; somente na década seguinte se incorporaram às estruturas universitárias (PEREIRA, 2007).

No período militar (1964-1985), houve uma intensificação da presença do setor privado, se comparado ao público. Ou seja, relativamente aos 31 cursos de Serviço Social criados entre 1964 e 1985, houve o predomínio das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas (19 vinculadas ao empresariado e 5 confessionais) (Tabela 1).

Tabela 1 - Criação de cursos de Serviço Social (1964-1985)

Categoria	Quantitativo	%
Empresários	19	61,3
Estado	7	22,6
Igreja	5	16,1
Total	31	100

Fonte: Pereira (2007)

O desenvolvimento de um setor empresarial remonta ao período da ditadura militar (OLIVEIRA, 2009). Durham (2003, p.2) acrescenta:

[...] além de instituições confessionais e de escolas superiores criadas por elites locais e sem fins lucrativos, proliferou [no Brasil], já a partir da década de sessenta, um outro tipo de estabelecimento: não confessional, não universitário e organizado como empresa que, explícita ou disfarçadamente, tinha como objeto principal a obtenção de lucro – tratava-se, portanto, de um negócio.

Vive-se um período de reestruturação de organização interna das Universidades, com base em uma racionalidade empresarial, ou seja, há a necessária adequação do sistema educacional ao processo de aceleração modernizadora do capitalismo. A crise de acumulação do capital levou ao abandono do fordismo-taylorismo, da ideologia do desenvolvimento e do Estado de bem-estar social. Por outro lado, há uma retomada do liberalismo relançado (LIMA, 2004). Dessa forma, o cenário internacional aponta, pós-70, uma nova crise do capital em que o neoliberalismo ganha espaço por todo o mundo, afetando os direitos sociais. A lógica neoliberal sustenta-se na mercantilização de todas as esferas da vida social e, por estreitar-se a noção de cidadania moderna, há um ataque também à educação como direito social (PEREIRA, 2007).

O MEC [...], a partir de 1965, sinalizava para o esforço de privatização do ensino superior – à luz do modelo norte-americano – bem como a sua reconfiguração de forma que o tornasse mais eficiente e racionalizado, sob o formato de uma “universidade-empresa”: este seria o significado de “modernização” do ensino superior, isto é, uma universidade conformada às necessidades constantes do modo de produção capitalista de revolucionamento das forças produtivas, nas quais se incluem a ciência e a tecnologia, na quadra histórica do capitalismo monopolista (PEREIRA, 2007, p.161).

A expansão dos cursos de graduação em Serviço Social está diretamente relacionada à expansão ocorrida no ensino superior entre 1980 e 1990 no Brasil, particularmente por meio da modalidade de ensino a distância (EAD), intensificada a partir dos anos de 1990 (PEREIRA, 2010). No contexto de

aprofundamento do neoliberalismo, ao longo dessa década, a educação deixou de ser um direito e tornou-se uma mercadoria, ou seja, o lucro é a razão maior da prestação desse “serviço” por grupos empresariais que exploram esse novo nicho no mercado. Noutras palavras, a Reforma do Estado Brasileiro, particularmente em relação ao ensino superior, deixou explícito que a educação não era mais sua exclusiva responsabilidade. Isso significou que

[...] a educação deixou de ser concebida como um direito e passou a ser um serviço; que a educação deixou de ser considerada um serviço público e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado [...]. A Reforma do Estado definiu a universidade como uma organização social e não como instituição social (CHAUÍ, 2003, p.6).

Ainda sob a questão da mercadorização da educação⁴, é preciso destacar a constante e crescente pressão dos empresários da área para derrubar barreiras quanto à expansão mercadológica, ou seja, a educação deveria ser tratada como qualquer outra mercadoria, regulada pelas normas “neutras” do mercado e do “livre comércio” (SIQUEIRA, 2007).

Isso significa a incorporação de diversos setores tradicionalmente mantidos e regulamentados pelo Estado como parte dos direitos sociais e subjetivos do cidadão, e fruto de anos de luta e conquistas (educação, saúde, meio ambiente, saneamento, etc.) no âmbito do GATS [Acordo Geral sobre Comércio em Serviços], e seu ordenamento na lógica do lucro, da oferta e da competição, características do pensamento liberal do “livre” mercado (SIQUEIRA, 2007, p.148).

Esse contexto traduz o processo de desresponsabilização do Estado Brasileiro quanto à educação e a presença marcante da privatização na educação superior quase a torna hegemônica ao longo das próximas décadas, conforme pode ser visto, a seguir, nos dados do Censo da Educação Superior (Tabela 2).

Tabela 2 - Número de instituições, segundo a categoria administrativa (2002-2008)

Ano	Total	% de variação	Pública		Privada	
			Total	% de variação	Total	% de variação
2002	1.637	-	195	-	1.142	-
2003	1.859	13,6	207	6,2	1.652	14,6
2004	2.013	8,3	224	8,2	1.789	8,3
2005	2.165	7,6	231	3,1	1.934	8,1
2006	2.270	4,8	248	7,4	2.022	4,6
2007	2.281	0,5	249	0,4	2.032	0,5
2008	2.252	-1,3	236	-5,2	2.016	-0,8

Fonte: MEC/INEP/DEED (2009)

O percentual díspar de crescimento das IES públicas e privadas, observado na Tabela 2, amplia a assimetria existente entre elas. Em 2003, o número de vagas ofertadas pelas IES privadas representou 70,8% do total de vagas oferecidas, crescendo essa porcentagem, em 2011, para 73,7% (TANEGUTI, 2012). Essa predominância das IES privadas se mantém nos anos de 2009 a 2012 (Tabela 3). Segundo o Censo da Educação Superior 2013 (BRASIL, 2014), mais de 15% das matrículas em ensino superior registram-se em cursos de EAD. Atualmente, o país oferece mais de 1,2 mil opções nessa modalidade – 86,6% em IES privadas.

Tabela 3 – Evolução do número de IES segundo a categoria administrativa Brasil(2009-2012)

Ano	Total	Categoria Administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
2009	2.314	94	84	67	2.069

2010	2.378	99	108	71	2.100
2011	2.365	103	110	71	2.081
2012	2.416	103	116	85	2.112

Fonte: MEC/INEP. Tabela elaborada pela DEED/INEP/2012

No cenário brasileiro da educação superior, a hegemonia das instituições privadas se expressa em números (87,4% em 2012, conforme a Tabela 3). A esse dado é preciso vincular a expansão dos cursos a distância. No curso de Serviço Social, a modalidade de EAD, entre os anos de 2010 a 2013, ofereceu um quantitativo de vagas bem superior ao do ensino presencial. Em todos esses anos, o número de vagas oferecidas, assim como o de ingressantes, via EAD, ultrapassou os números do curso presencial. A incidência do ensino privado é expressiva em ambas as modalidades. Ainda prevalece, porém, o ensino a distância quando se trata de oferecimento de vagas (TRINDADE, 2015).

[...]a privatização é explicitada, já que 80% das matrículas, tanto em cursos presenciais quanto em EAD, são de natureza privada. Logo, a expansão devastadora da privatização na formação profissional da graduação em Serviço Social no Brasil, desde a década de [19]70, é incrementada com os cursos privados ofertados a distância (TRINDADE, 2015, p. 253).

Esse predomínio destacado por Trindade se expressa na análise do tipo de organização administrativa das IES que oferecem cursos de graduação em Serviço Social: são majoritariamente privadas (91,65%) e localizadas nas regiões Sudeste (34%) e Nordeste (27%) do Brasil. O predomínio das instituições particulares ratifica a expansão do ensino superior por meio do setor privado. Como visto, o governo brasileiro, desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira⁵ – LDB (Lei nº 9.394/96), abriu as portas para expansão do ensino superior via EAD, que ocorre majoritariamente pelo caminho privatista (LIMA, 2004; OLIVEIRA, 2009; PEREIRA, 2012). O predomínio da universidade no oferecimento do curso de graduação em Serviço Social, com prevalência dos particulares, não representa maior quantitativo de oferecimento de vagas e ingressos, ou seja, uma faculdade ou um centro universitário pode oferecer mais vagas do que o total das oferecidas nas universidades, o que não significa um ingresso correspondente de discentes.

Um pouco mais da metade dos cursos de Serviço Social oferecidos pelas IES estão vinculados a centros universitários e faculdades (55,1%). São instituições que não asseguram a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, predominando a transmissão do conhecimento. Destaca-se, na Região Sudeste, a preponderância de cursos em faculdades (41,2%), o que difere das demais regiões em que prevalecem as universidades. No entanto, quase 100% dos centros universitários são de natureza privada (Tabela 4).

Tabela 4 – IES em Serviço Social. Organização acadêmica/tipo de instituição, Regiões, Brasil – 2014

Organização Acadêmica	Norte		Nordeste		C. Oeste		Sudeste		Sul		Brasil	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Universidade Pública	5	6,5	13	8,4	3	5,1	13	6,7	10	11,1	44	7,7
Universidade Privada	33	42,8	61	39,3	29	49,2	58	29,9	36	40,0	217	37,7
Centro Univ. Público	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,5	0	0,0	1	0,2
Centro Univ. Privado	19	24,7	20	12,9	17	28,8	42	21,7	13	14,4	111	19,3
Faculdade Pública	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,5	2	2,2	3	0,5

Faculdade Privada	20	26	61	39,4	10	16,9	79	40,7	29	32,3	199	34,6
Total	77	100	155	100	59	100	194	100	90	100	575	100

Fonte: Elaboração das autoras, com base em dados extraídos do e-MEC (2014)

As universidades privadas concentram o maior número de cursos de Serviço Social (37,7%), com destaque para a Região Centro-Oeste, em que predominam 49,2%, seguida pela Região Norte, com 42,85%. Quanto à modalidade do curso, 67,2% deles são presenciais (Tabela 5).

Tabela 5 – Quantitativo de cursos de Serviço Social por modalidade e região. Brasil – 2014

Organização	Norte		Nordeste		C. Oeste		Sudeste		Sul		Brasil	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Presencial	59	56,8	133	67,5	36	46,8	175	78,1	74	71,8	476	67,2
EAD	45	43,2	64	32,5	41	53,2	49	21,9	29	28,2	232	32,8
Total	104	100	197	100	77	100	224	100	103	100	708	100

Fonte: Elaboração das autoras, com base em dados extraídos do e-MEC (2014)

A maioria dos cursos é oferecida na modalidade presencial, representando, em 2014, 67,23% do total, enquanto a educação a distância, nesse mesmo ano, apresentou o total de 32,76%. Observa-se que a Região Centro-Oeste concentra o maior percentual em números relativos (53,24%) de cursos a distância, seguida pela Região Norte (43,26%), enquanto na Região Sudeste predominam, em números relativos (78,12%), os cursos presenciais, seguindo-se a Região Sul (71,84%).

A Região Centro-Oeste concentra apenas 10,26% das IES que oferecem o curso de Serviço Social, mas é expressivo o quantitativo de cursos a distância em números relativos (53,24%). Nesse cenário, merece destaque o Distrito Federal, que tem oferecido 68,75% dos cursos de Serviço Social nessa modalidade. Nos demais Estados dessa região, excetuando-se Minas Gerais, é hegemônico o quantitativo de cursos oferecidos na modalidade EAD.

A Região Sudeste representa 33,73% das IES que disponibilizam o curso de Serviço Social, mas oferece apenas 21,87% na modalidade a distância. A Região Norte representa 13,39% de IES com formação em Serviço Social e oferece 43,26% na modalidade EAD. A Região Nordeste representa 26,9% no cenário nacional e oferta um total de 32,48% nessa modalidade.

Percebe-se, assim, a tendência predominante do ensino a distância na Região Centro-Oeste, enquanto na Região Norte essa modalidade está se aproximando da presencial. Nas Regiões Nordeste, Sul e Sudeste, embora seja também expressivo o quantitativo de curso de EAD, ainda predomina o ensino presencial.

É importante ressaltar que se está apontando apenas o quantitativo de cursos de EAD, não sendo aqui consideradas outras variáveis, como o quantitativo de vagas oferecidas, os candidatos inscritos, os ingressos e egressos nos cursos de Serviço Social, o que aponta para outro cenário dessa reconfiguração do curso a partir do ensino a distância. Trindade (2015) pontua que, nessa modalidade, a oferta de vagas para o Serviço Social é maior do que sua ocupação, ou seja, há sobra de vagas.

Além disso, deve-se considerar a expansão do ensino superior nos cursos de Serviço Social por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado pelo governo federal em 2007. O Ministério de Educação Brasileiro (MEC) instituiu esse programa como “uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), voltado para o crescimento e a expansão física acadêmica e pedagógica do ensino superior público e da rede federal da educação superior” (PREDES, 2014, p.6).

A expansão dos cursos (presenciais e a distância) foi assegurada por financiamento público ao setor privado (Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES) e também pela ampla isenção fiscal

concedida ao setor privado presencial por meio do Programa Universidade para Todos (PROUNI). Houve, ainda, um claro incentivo à expansão do EAD (PEREIRA, 2012).

No tempo presente, está-se vivendo, de um lado, o crescimento de demandas sociais (especialmente, na área da educação); e, de outro, a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 55 (PEC 55, antiga PEC 241), que congela por vinte anos os gastos públicos, apenas reajustando-os pela inflação do primeiro semestre do ano anterior.

Do ponto de vista macroeconômico, esse congelamento por vinte exercícios financeiros é um entrave ao crescimento econômico e à atuação anticíclica do Estado. Do ponto de vista social, ele promove não só a destruição dos direitos sociais, constitucionalmente garantidos pela Constituição Federal (CF) de 1988, como também o arroxio das políticas de educação e de saúde. E, não menos importante, do ponto de vista político, retira do Congresso e da sociedade a possibilidade de moldar o orçamento público, impondo um novo pacto social em torno do Estado mínimo (FÓRUM et. al., 2016).

Com graves consequências para a política educacional, o congelamento dos gastos públicos provoca a retração da expansão do ensino superior, colocando em risco até mesmo sua manutenção e existência (conforme se tem acompanhado por meio da crise vivida pelas universidades públicas federais e estaduais).

Se a expansão das vagas na graduação tem sido garantida, de forma predominante, pelas IES privadas, qual, então, a direção tomada pelos programas de pós-graduação da área de Serviço Social?

A pós-graduação em serviço social no Brasil e seu papel no cenário latino-americano e mundial

Analisar a pós-graduação em Serviço Social no Brasil e seu momento atual requer inscrevê-la no processo de expansão da pós-graduação e, também, das IES no Brasil.

Nos anos de 1960, havia 38 cursos de pós-graduação no país, nenhum deles em Serviço Social (área 32). Em 2014, o quantitativo era de 3.806 programas, dos quais 0,87% nessa área (GARCIA, 2016).

Hoje, a área de Serviço Social possui 34 programas de pós-graduação (PPG), assim distribuídos espacialmente: 12 na Região Sudeste (35,3%), 11 na Região Nordeste (32,3%), 06 na Região Sul (17,6%), 03 na Região Centro-Oeste (8,8%) e 02 na Região Norte (6%). Ao se compararem esses dados com os dados gerais do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), evidencia-se que, percentualmente, a área de Serviço Social possui maior número de programas na Região Nordeste (Tabela 6).

Tabela 6– Distribuição regional dos programas de pós-graduação recomendados pela Capes – 2014 (Sistema Nacional de Pós-Graduação x Serviço Social)

Região Geográfica	nº PPG /SNPG	%	nº PPG /SS	%
Sudeste	1.747	45,9	12	35,3
Sul	795	20,9	6	17,6
Nordeste	754	19,8	11	32,3
Centro-Oeste	311	8,2	3	8,8
Norte	199	5,2	2	6,0
Total	3.806	100	34	100

Fonte: CAPES (2016)

Prevalece, na formação pós-graduada em Serviço Social, a liderança das universidades públicas (78,8%), seguida das universidades comunitárias (15,2%), com pouca expressividade de instituições privadas (6%), tendência inversa à detectada na graduação, como mencionado anteriormente.

Quanto à categoria administrativa, a distribuição dos PPG em Serviço Social apresenta-se da seguinte forma: 20 (58,8%) em universidades federais; 08 (23,5%) em universidades estaduais; e 06 (17,7%) em universidades particulares.

Destaca-se a expansão desses programas nas universidades estaduais (de 3, em 2010, para 8, em 2015 – crescimento de 266%); a sua pequena redução em universidades privadas (de 8, em 2010, para 6, em 2017); a mudança de área do Programa de Política Social da Universidade Católica de Salvador (UCSAL); e o fechamento do curso na Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL) (CAPES, 2017). Essa distribuição difere do dado nacional das IES (predomínio das IES privadas), tal como demonstrado na seção anterior.

Entre as IES públicas prevalecem as estaduais, seguidas das federais. No entanto, no perfil dos PPG da área, há predomínio de IES federais (Tabela 7).

Tabela 7 – Perfil dos PPG em instituições públicas

Categoria	nº	%
Administrativa		
Federal	106	35,1
Estadual	119	39,5
Municipal	76	25,4
Total	301	100

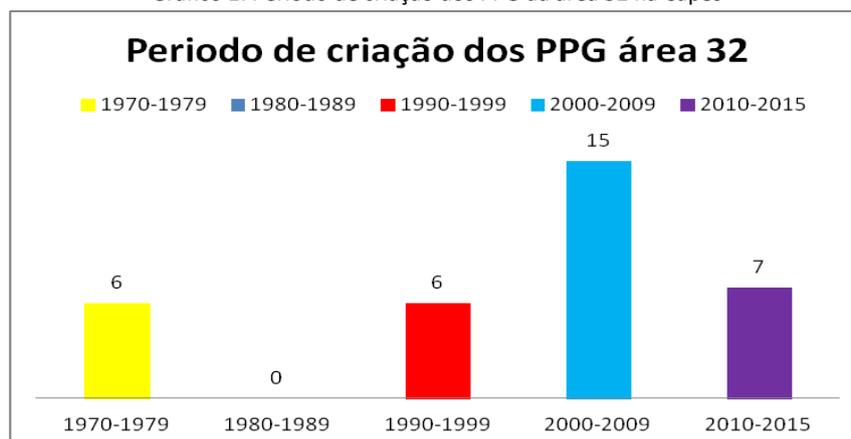
Fonte: MEC/INEP - MEC/CAPES (2015)

Em uma análise histórica, constata-se que os programas de pós-graduação em IES privadas cresceram um pouco acima de 300% entre 1998 e 2011. Entre as IES públicas, o crescimento foi de 100%. Entretanto, os PPG ainda estão, majoritariamente, vinculados a IES públicas. Em 2015, as IES privadas possuíam 7,6% dos cursos de doutorado, 8,9% dos mestrados profissionais e 21,4% dos PPG com mestrado e doutorado. As IES públicas respondem por 99,8% dos discentes matriculados em 2015 (58,6% em federais, 29,5% em estaduais e 11,7% em municipais) (CAPES, 2016).

Em 2017, a área 32 (Serviço Social) registra 19 PPG com oferta de cursos de doutorado (PUC/RS, PUC/SP, PUC/Rio, UFMA, UFRJ, UFPE, UnB, UNESP, UERJ, UFPE, UFF, FUFPI, UFES, UFV, UEL, UFSC, UCPel, UFPA, UFRN e UFAL) e 34 com oferta de cursos de mestrado acadêmico. A área básica desses 34 PPG está assim constituída: 24 em Serviço Social (69,7%); 05 em Política Social (15,2%); 03 em Políticas Públicas (9%), e 02 em Economia Doméstica (6,1%) (CAPES, 2016).

A expansão dos programas de pós-graduação em Serviço Social (área 32) ocorre a partir dos anos 2.000 (Gráfico 1) – até 1999, havia apenas 12 PPG – esse número subiu para 31, na última trienal – crescimento de mais de 150%.

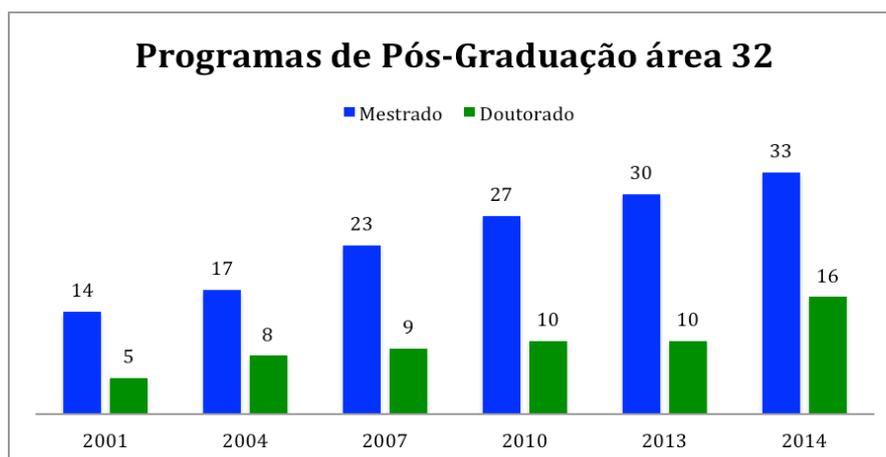
Gráfico 1: Período de criação dos PPG da área 32 na Capes



Fonte: CAPES (2016)

A expansão é contínua. Em 2014, o número de PPG em Serviço Social sobe para 33, dos quais 16 em doutoramento (Gráfico 2).

Gráfico 2: Evolução dos programas de pós-graduação em serviço social no Brasil



Fonte: CAPES (2016)

Em 2015 são aprovados os mestrados em Serviço Social e em Política Social na UFRGS e na Unifesp. Em 2016 são aprovados os doutorados da UFPA e da UFRN; nesse mesmo ano, é submetida a proposta de criação do doutorado na UFAL, e encerra suas atividades o programa da UNICSUL (Capes, 2016).

A criação dos 28 novos programas, a partir dos anos 1990 (cf. Gráfico 1), expressa o amplo processo de renovação acadêmica e profissional crítica ocorrida no Serviço Social brasileiro nas últimas décadas e rompe com as marcas conservadoras e confessionais de origem.

A pós-graduação exerce um papel fundamental na sustentação científica dessa renovação. Nesse processo, o Serviço Social volta-se para a análise da **questão social** e suas manifestações mais contundentes, no marco das relações entre o Estado e a sociedade civil, tal como se expressam na vida cotidiana de distintos segmentos das classes subalternas, em suas relações com o bloco no poder e com as iniciativas coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos sociais.

O resultado dos últimos dados consolidados pela Capes, em 2013, revela que a área 32 possui: 01 programa com nota 7,0 (PUC-SP); 06, com nota 6,0 (seis); 02, com nota 5,0 (cinco); 11, com nota 4,0 (quatro); e 13, com nota 3,0 (três). Desses treze programas com nota três, apenas um foi criado em 1978.

Os demais se caracterizam por serem cursos novos: cinco foram criados entre 2006 e 2010 e sete em 2011 e 2014. Destes, quatro passarão pelo primeiro ciclo de avaliação nessa quadrienal.

Tabela 9 – Distribuição dos PPG por nota de avaliação em 2013
(Sistema Nacional de Pós-Graduação x Serviço Social)

Notas	nº PPG SNPG	%	nº PPG SS	%
3	1.466	38,5	13	39,4
4	1.315	34,6	11	33,3
5	610	16,0	2	6,1
6	270	7,1	6	18,3
7	145	3,8	1	3

Fonte: CAPES (2014)

Os cursos de mestrado e doutorado constituem um lugar privilegiado de produção do conhecimento dada a centralidade que a pesquisa científica neles assume. A produção do conhecimento enfoca temas como a questão social e as políticas sociais na contemporaneidade, bem como o avanço teórico-metodológico do Serviço Social. Ademais, merece destaque a contribuição que a produção do Serviço Social vem trazendo para as Ciências Sociais em geral, ao eleger temas de grande relevância na atualidade, tais como: trabalho, reestruturação produtiva, proteção social, seguridade social, avaliação e análise de políticas e programas sociais, envelhecimento, terceiro setor, voluntariado, criança e adolescente, entre outros. Essa produção também expressa a crescente preocupação com os problemas sociais brasileiros, decorrentes dos elevados índices de desigualdade social e pobreza, realçando a importância do Serviço Social contemporâneo no trato das questões nacionais, regionais e locais.

A taxa de emprego formal para mestres formados pela área de Serviço Social foi de 78,3% em 2009 e de 79% em 2014. Para os egressos do doutorado, o percentual de empregados foi de 79% em 2014 (CGEE, 2016). Assim, a expansão da pós-graduação em curso no Sistema Nacional de Pós-Graduação brasileiro (e no Serviço Social) vem respondendo à demanda posta pela expansão das universidades federais, sob a égide do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

A despeito de toda essa expansão, o censo de 2010 (IBGE, 2016) mostrou que, no Brasil, 7,46% da população possui nível superior; 0,32%, mestrado; e 0,12%, doutorado (IBGE, 2016). Desde o I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), implantado na década de 1970, até o V PNPG, divulgado em final de 2004 pelo MEC, um objetivo foi constante – a expansão do sistema, que coloca novas questões tais como: a qualidade da formação ofertada na pós-graduação, a cobertura de bolsas de estudos, os limites dessa expansão, os parâmetros utilizados no processo de avaliação do sistema, etc. Inserido nesse contexto, o curso de Serviço Social vem sendo convocado a produzir reflexões sobre esse processo.

Considerações finais

O processo de expansão da graduação e da pós-graduação da área de Serviço Social acompanha uma tendência geral observada a partir da direção adotada pela política de educação no país. Ou seja, não se trata de realidades isoladas. Há uma política nacional e diretrizes internacionais direcionando o *modus operandi* da educação no Brasil, evidenciada, principalmente, pela via mercantilizada do ensino superior e pela necessidade “imperiosa” de expandir rapidamente esse ensino, sob a égide de um discurso da democratização do acesso, sem haver, entretanto, a devida correspondência das condições necessárias para a permanência na educação superior.

Por outro lado, é necessário ampliar o nível instrucional da população, assegurando condições de acesso e permanência dos discentes, quer na graduação, quer na pós-graduação. Assim, diante dos cortes de recursos em andamento, a permanência dos discentes na universidade é um desafio, mas não o único. As IES, hoje, enfrentam dificuldades financeiras para sua manutenção.

Constatou-se, por meio desta pesquisa, que a expansão da graduação tem se dado pela via das instituições privadas, com contratos de trabalho horistas e sem compromisso com a pesquisa e a extensão. Em instituições com essas características não é possível implantar a pós-graduação, pois esta requer a manutenção de um corpo docente com doutoramento e, para muitas IES privadas, os docentes doutores são considerados profissionais caros. Por isso, diferente do movimento de expansão da graduação, a expansão da pós-graduação ocorreu prioritariamente em IES públicas (em torno de 80%), pois são estas que incorporam os novos doutores ou estimulam a titulação nesse nível para seus docentes. Em 2014, por exemplo, 41,7% dos docentes doutores estavam em instituições da administração pública federal, 22,7% na administração pública estadual e 3,3% na administração pública municipal (68% do total de docentes doutorados).

Os dados sobre a expansão da graduação e da pós-graduação apontam para um importante aspecto: as assimetrias regionais, que não são específicas, entretanto, da área de Serviço Social.

A pós-graduação em Serviço Social registra uma assimetria que segue a tendência presente no Sistema Nacional de Pós-Graduação brasileiro. Diverge, porém, da quase totalidade dos cursos desse sistema por não possuir curso de mestrado profissional (situação só observada nas áreas de Serviço Social e Arqueologia).

Na graduação, a assimetria apresenta-se por meio do movimento de expansão diversificada entre os cursos presenciais e a distância. Na Região Sudeste – a que mais oferece cursos de Serviço Social – predomina, com quase 80%, o ensino presencial, enquanto na Região Centro-Oeste mais de 50% dos cursos são a distância. Confirma-se, assim, no Brasil, o aumento expressivo da modalidade de EAD em Serviço Social, hoje com mais de 30% dos cursos da área. Os PPG melhor avaliados concentram-se nas Regiões Sul e Sudeste. Os cursos que obtiveram notas 3 e 4 são relativamente recentes, criados, principalmente, a partir de 2006. Os cursos de graduação são avaliados trienalmente. O resultado da última avaliação, em 2013, apontou que, dos 222 cursos avaliados, apenas sete (3,15%) obtiveram a nota máxima (5,0) no conceito do Exame Nacional de Desempenho (ENADE). Desse total, 42,85% são cursos das Regiões Norte e Nordeste, e 57,14% das Regiões Sul e Sudeste. Da Região Centro-Oeste nenhum curso obteve nota máxima. Com nota 4,0 registraram-se 61 cursos (27,47%). Destes, 59% pertencem à Região Sudeste; 18% à Região Sul; 18% à Região Norte; e 4,91% à Região Centro-Oeste (BRASIL, 2014).

Graduação e pós-graduação apresentam diferenças e similaridades. Por isso, faz-se mister empreender reflexões constantes sobre a realidade vivenciada, reflexões que sejam capazes de nos conduzir a um envolvimento mais profundo e comprometido com a construção de outros caminhos para Serviço Social, visando a uma educação de qualidade e, de fato, transformadora.

Referências

- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior 2007**: Resumo Técnico. Brasília, Inep, 2008. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: mar. 2016.
- _____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior 2013**: Resumo Técnico. Brasília, Inep, 2008. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: mar. 2016.
- _____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: mar.2016.
- _____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Portaria nº 599, de 17 de dezembro de 2014. **Diário Oficial da União**, n. 245, quinta-feira, 18 de dezembro de 2014. p.22-57.
- _____. Ministério da Educação (MEC). **Censo da Educação Superior 2013**. Brasília/DF, 2014.
- CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Documento de Área do Serviço Social 2016** [no prelo].
- CASTRO, M.M. **História do serviço social na América Latina**. São Paulo: Cortez, 1989.
- CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE. **Mestres e doutores 2015**: estudos da demografia de base técnico-científica brasileira. Brasília/DF: CGEE, 2016.
- CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, set./out./nov./dez. 2003.

FONSECA, Cláudia. Avaliação dos programas de pós-graduação: do ponto de vista de um nativo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 7, n. 16, p.261-275, dez. 2001.

FÓRUM 21 et al. **Austeridade e retrocesso** - finanças públicas e política fiscal no Brasil. São Paulo: Fórum, 21; Fundação Friedrich EbertStiftung (FES); GT de Macro da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP); e Plataforma Política Social. 2016. Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/wp-content/uploads/Austeridade-e-Retrocesso.pdf>>. Acesso em: jun. 2017.

GARCIA, M. L. T. **A pós-graduação em serviço social no Brasil**. Brasília/DF, 2016 [no prelo].

_____.; NOGUEIRA, V.M.R. Reflexões sobre a pós-graduação em serviço social no Brasil através do perfil dos docentes. **Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p.145-154, maio/ago. 2017. Disponível em: <<file:///Users/marialuciagarcia/Downloads/47627-172052-1-PB.pdf>>.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no serviço social brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 608-639, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000400002&lng=en&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.001>.

_____.; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil** - esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez/Celats, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2010**. Brasília/DF, 2016. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br>>.

LIMA, Kátia Regina Souza. **Reforma da educação superior do governo Lula e educação a distância**: democratização do acesso ou subordinação das instituições de ensino superior à ordem do capital? 27ª Reunião Anual da ANPED. 2004. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/biblioteca/item/reforma-da-educacao-superior-do-governo-lula-e-educacao-distancia-democratizacao-ou>>. Acesso em: jul. 2016.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social: identidade e alienação**. 11.ed. São Paulo: Cortez, 1991.

NICOLATO, M.A. CAPES. **Estrutura e funcionamento do sistema da avaliação da pós-graduação stricto sensu**. 2000. Mimeo.

OLIVEIRA, R. P. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 108, p.739-760, out. 2009.

PEREIRA, L.D. **Política educacional brasileira e serviço social**: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. Tese (Doutorado em Serviço Social) – RJ, UFRJ, 2007.

_____. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e serviço social. **Katálysis**. Florianópolis, v.12, n.2, p.268-277, jul./dez.2009.

_____. A expansão dos cursos de serviço social em tempos de contrarreforma do ensino superior brasileiro: impactos na formação profissional em serviço social. **Revista de Políticas Públicas**, número especial, p.323-331, 2010.

_____. Expansão dos cursos de serviço social na modalidade de EAD: direito à educação ou discriminação educacional? **Ser Social (UnB)**, v. 14, p.28-47, 2012.

PREDES, R. O serviço social no Brasil. In: FERRIZ, A.F.P.; PATRIOTA, L.M; SILVEIRA, A.S. (Org.). **O curso de serviço social da UEPB**: elementos para uma análise histórica e teórico-metodológica. Campina Grande, EDUEPB, 2014, p.21-42.

PRESTES, E.M. da T.; SCOCUGLIA, A.C.; JENIZE, E. Democratização do ensino superior brasileiro: o caso da Universidade Federal da Paraíba. **Revista Lusófona de Educação**, n. 21, p.199-218, 2012.

SANTOS, Cássio M. dos. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. **Educ. Soc.** Campinas, v.24, n.83, p.627-641, ago.2003.

SANTOS, Ana Lúcia Felix dos; AZEVEDO, Janete Maria Lins de. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 42, p. 534-550, set./dez. 2009. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000300010>.

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do serviço social. **Katálysis**, Florianópolis, v. 10, número especial, p. 15-25, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300002&lng=en&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802007000300002>.

STUART, P. H. Social work profession: history. In: _____. **Encyclopedia of social work**. Disponível em: <http://socialwork.oxfordre.com/view/10.1093/acrefore/9780199975839.001.0001/acrefore-9780199975839-e-623?print=pdf>

TANEGUTI, L. Y. Relatório técnico contendo estudo sobre a atual relação oferta/demanda de cursos de Graduação no Brasil, como subsídio ao Conselho Nacional de Educação para a formulação de políticas públicas que possibilitem a melhor distribuição da oferta de vagas no ensino superior de graduação. Brasília/DF, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13948-produto-2-oferta-demanda-educ-superior-pdf-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: set. 2016.

TRINDADE, R.L. et al. Ensino superior no Brasil e a expansão dos cursos de serviço social nos anos 2010 e 2013. **O Social em Questão**, ano XVIII, n. 34, p. 245-258, 2015.

YAZBEK, M.C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social. In: CFESS ABEPSS - Conselho Federal de Serviço Social e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2014.

_____. Changes in capitalism and challenges to social work: a view from Brazil. **Critical and Radical Social Work**, v. 2, n. 3, p. 275-285, nov. 2014. Disponível em: <www.ingentaconnect.com/content/tpp/crsw;jsessionid=acso471d009ig.alice>.

¹ Em 1929 foi criado o Comitê Internacional de Escolas de Serviço Social (ICSSW) e, em 1937, Alice Salomon fez uma comparação entre os mais de 100 cursos de graduação em Serviço Social no mundo (STUART, 2013).

² Em 1976, ocorreu a primeira avaliação dos cursos de mestrado e doutorado existentes no Brasil (NICOLATO, 2000). Neste momento, a avaliação do sistema tinha as seguintes características principais: periodicidade anual; avaliação em separado dos cursos de mestrado e de doutorado; adoção de uma escala de cinco conceitos (A, conceito mais alto, B, C, D e E); consideração dos resultados da avaliação como informação reservada, restrita ao âmbito das agências federais.

³ A primeira consultora convocada pela Capes para a avaliação dos cursos foi a professora Margarete Jenks (da PUC-Rio), por meio da Portaria nº 10/1976 do Conselho Técnico-Administrativo da Capes. As “Comissões de Consultores” por área do conhecimento iniciaram suas atividades em 1975, sendo responsáveis inicialmente pela “análise de projetos de auxílios e de novos cursos, solicitações de bolsas no país e no exterior, assim como de processos relacionados com assuntos específicos da respectiva área de pós-graduação” (GARCIA; NOGUEIRA, 2017).

⁴ Segundo Oliveira (2009, p. 752), “de 2001 a 2008 o setor do ensino privado aumentou seu movimento de capitais de R\$ 10 bi para 90! Nenhum setor na economia brasileira cresceu tanto no período”.

⁵ Em seu art. 80, a LDB estabelece: “O poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de educação a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (BRASIL, 1996, p.27).